



ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

*Marluce Ribeiro de Mendonça
Isabel Soares de Sousa
Paulo Roberto e Souza*

ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA

*Marluce Ribeiro de Mendonça
Isabel Soares de Sousa
Paulo Roberto e Souza*

De acordo com o histórico de ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA) (ALENCAR 2007; 2009; ALENCAR e SOUSA, 2012), em 1998, quando a Reserva foi decretada, muitos dos assentamentos humanos da região do Médio Solimões já adotavam o modelo de organização proposto pela igreja católica e pelas administrações municipais, se organizando em comunidades. Esse modelo de integração social e político, que representa oficialmente os moradores, inaugurou para os ribeirinhos a convivência com a representação delegada em diferentes níveis (NEVES, 2005). Em um primeiro plano, o líder da comunidade representa os moradores junto às lideranças de outras comunidades de um setor, que por sua vez é delimitação geográfica e política de um grupo de comunidades localizadas próximas umas das outras. Em um plano de maior amplitude de relações sociais, esse líder tanto é reconhecido internamente, como pelos demais líderes das outras comunidades, assim como por representantes de instituições governamentais e não governamentais externas (NEVES, 2005). Neste sentido, além da organização interna das comunidades, e seguindo o modelo católico, estas também se filiam politicamente a setores, de forma a facilitar a tomada de decisões políticas daquele grupo com relação a vários assuntos de interesse daquela região, entre os quais está incluído o uso dos recursos naturais. Essa forma de organização social e política se mantém ainda hoje e contribuiu significativamente no processo de construção do modelo de gestão participativa da RDSA (MENDONÇA, 2010).

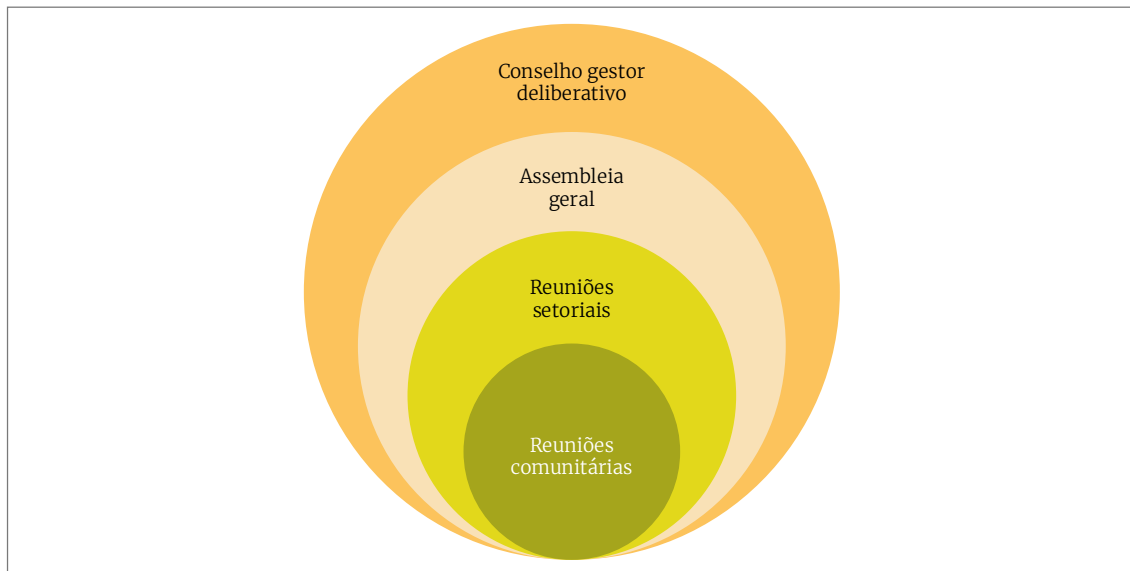
Os setores correspondem a um determinado território político, agrupando comunidades que estão em uma mesma área geográfica de vizinhança, sendo que aí estão incluídas

tanto aquelas situadas dentro dos limites da Reserva quanto aquelas que estão fora desses limites, mas ainda assim reconhecidas e classificadas como usuárias. Todas compartilham dos recursos naturais pertencentes a um mesmo território, situado na área delimitada pela UC e/ou no seu entorno, tomando decisões sobre o uso desses recursos e participando da gestão desse mesmo território (MOURA *et. al.*, 2016).

Na área da RDSA, os setores lago Amanã, Paraná do Amanã, São José, Coraci e Castanho têm seus respectivos territórios totalmente localizados no interior da RDSA. Os setores Caruara e Tijuaca têm parte de suas áreas também situadas na RDS Mamirauá. O território do setor Joacaca abrange parte da ilha do Mojuí, que fica na fronteira entre a RDS Mamirauá e a RDSA (ALENCAR, 2007, 2009; ALENCAR e SOUSA, 2012). E no setor Unini, o território das comunidades abrange parte da RESEX Unini, sendo que apenas uma delas está localizada na área da RDSA (FIGUEIREDO, 2005).

Além da comunidade e dos setores, a estrutura de organização social na RDSA compreende outras instâncias de deliberação, como a Assembleia Geral dos Moradores e o Conselho Gestor. O conselho é composto por representantes dos moradores, mas também por enviados de instituições governamentais e da sociedade civil. Todos constituem fóruns de participação e deliberação da população local, onde são discutidos assuntos de interesse geral em seus vários níveis de representação. A Figura 45, abaixo, ilustra estrutura de organização política da Reserva e as suas instâncias.

Figura 45 - Instâncias de tomadas de decisão na RDSA.



Fonte: Mendonça, 2010.
Adaptado de Reis (2005).

Nesse modelo de organização institucional, as comunidades representam a menor unidade política, que se reúnem internamente sob a coordenação de seus líderes comunitários para discutir os assuntos locais e daquela vizinhança. Nos setores, um grupo de comunidades vizinhas costuma se reunir, em geral, a cada dois meses, para tomar conhecimento e opinar sobre assuntos debatidos internamente pelas localidades pertencentes àquela área, ou pelos demais setores, e que podem estar relacionados à gestão do território, dos recursos, ou à relação desse território com outros próximos.

As assembleias gerais são realizadas anualmente, e reúnem os representantes dos setores, bem como de instituições governamentais e não governamentais, para discutir assuntos de interesse geral dos moradores, sobretudo, sobre as normas de uso dos recursos naturais e o acesso aos direitos sociais (REIS, 2005). Alguns dos temas deliberados nas assembleias, quando necessário, são encaminhados para a reunião do conselho gestor, que representa a instância máxima de deliberação da RDS. Essas instâncias têm papel fundamental na gestão participativa dos recursos naturais da RDSA (MENDONÇA, 2010).

A partir de 2010, com a criação da Central das Associações de Moradores e Usuários da RDSA (CAMURA), os moradores desta UC passaram a dispor de uma nova representação, que tem assumido o papel de organizar as discussões no âmbito das assembleias

gerais e representar os moradores e organizações locais da Reserva em outros espaços institucionais externos. A proposta de criação desta associação surgiu entre os anos de 2008 e 2009, a partir da experiência de atuação de lideranças comunitárias, especialmente do setor Amanã, que sentiam a necessidade de contar com uma associação de representação própria de toda a Reserva. A proposta foi apresentada e discutida na assembleia geral de 2009, quando se decidiu que o assunto deveria ser levado para apreciação interna nos setores. Em 2010, a sugestão foi novamente avaliada em assembleia geral, e aprovada pela plenária. No mesmo evento, foi realizada a eleição e posse da primeira diretoria da associação (NERY, 2013).

A instância máxima de deliberação da RDSA é o conselho gestor, que no caso da RDS tem caráter deliberativo. Segundo o disposto no parágrafo 4º, do artigo 20 do SNUC, as Reservas de Desenvolvimento Sustentável devem ser geridas por um Conselho Deliberativo “[...] constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área” (BRASIL, 2000).

As ações de preparação para formação do conselho gestor da RDSA tiveram início em 2006, com a promoção de reuniões informativas com lideranças dos setores para tratar do tema. Essas reuniões, a princípio realizadas com todas as lideranças da Reserva, foram posteriormente desdobradas

em reuniões comunitárias e setoriais, sendo tema de discussão em todas as assembleias gerais de moradores que ocorreram entre 2009 e 2014, envolvendo a realização de inúmeras capacitações para os conselheiros.

O conselho foi criado oficialmente em 23 de abril de 2014, por meio da portaria SDS no. 70/2014. Foi constituído com 28 cadeiras, sendo dez destinadas a representantes dos setores da Reserva, e 18 divididas entre as instituições governamentais e da sociedade civil. Inicialmente presidido pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), após reestruturação, no início de 2015, renomeada como Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Amazonas (SEMA). Internamente, o setor responsável pela realização das reuniões do conselho é a Assessoria de Populações Tradicionais (APT), ligada ao Departamento de

Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (DEMUC/SEMA).

A organização das comunidades vem evoluindo a cada ano, e, em algumas delas, a estrutura vem sendo formalizada. Segundo o censo demográfico de 2011, a população de Amanã se distribuía em 86 comunidades e sítios. Desses, 26 possuem associações formalizadas juridicamente, com registro em cartório e inscrição na Receita Federal. As associações têm sido criadas, em geral, com o fim de acessar recursos externos ou organizar os produtores e viabilizar a comercialização da produção, sobretudo a que resulta do manejo participativo de recursos naturais. Até 2016, foram organizadas, constituídas e registradas 30 associações, sendo 26 comunitárias, três setoriais e outra para toda a Reserva, conforme apresentado no Quadro 5.

Quadro 5 - Lista de associações formalizadas na RDSA ¹.

Nº	Setor	Associações
01	Lago do Amanã	Associação Comunitária de Santo Estevão
02		Associação Comunitária de Boa Esperança
03		Associação Comunitária Bom Jesus do Baré
04		Associação Comunitária de Santa Luzia
05	Paraná do Amanã	Associação Comunitária Boa Vista do Calafate
06		Associação Comunitária Comapara
07		Associação Comunitária Belo Monte
08		Associação dos Trabalhadores Rurais de Nova Jerusalém do Acará
09	Caruara	Associação Comunitária de Paraíso
10		Associação da Comunidade de Matusalém
11		Associação dos Trabalhadores Rurais de São João do Ipecaçu
12		Associação Comunitária de Iracema ²
13	Coraci	Associação Comunitária de São Paulo Rio Coraci
14		Associação de Produtores da Comunidade Vila Nova do Coraci
15		Associação de Produtores do Setor Coraci
16		Associação da Comunidade de Novo Pirapucu
17	São José	Associação Comunitária São Sebastião do Repartimento
18		Associação Comunitária de São José da Messejana
19		Associação Comunitária Várzea Alegre
20		Associação de Produtores Rurais do Setor São José

CONTINUA...

Quadro 5 - Continuação

Nº	Setor	Associações
21		Associação Comunitária Boa Esperança do Japurá
22		Associação Comunitária da Aldeia N.S. de Fátima
23		Associação Comunitária Boas Novas de Nova Betânia
24	Tijuaca	Associação Comunitária Boa União de Santa Maria
25		Associação Comunitária de São Francisco
26		Associação Comunitária Irmãos Unidos de Nova Betel
27		Associação Comunitária de Vila Nova do Putiri
28		Associação Comunitária de Vista Alegre
29	Unini	Associação dos Moradores do Rio Unini (AMORU) ³
30	RDSA	Central das Associações de Moradores e Usuários da RDSA (CAMURA)

Fonte: IDSM/Programa de Gestão Comunitária, 2016.

Notas:

¹ Informações atualizadas pelo Programa de Gestão Comunitária do IDSM, em 2016.

² Processo de dissolução iniciado em 2016.

³ A AMORU representa os moradores do rio Unini, que inclui comunidades não apenas de Amanã, mas também da RESEX Unini.

Os moradores da RDSA, bem como os da região de modo geral, têm se utilizado da organização comunitária como ferramenta para proteger os recursos naturais em seus territórios de uso. Desde o início dos trabalhos de implantação da Reserva, a necessidade de proteção dos recursos foi externada por representantes dos moradores. Ao longo dos anos, algumas ações foram desenvolvidas para atender parte dessa demanda, baseando-se principalmente nas experiências de fiscalização dos agentes ambientais voluntários (AAVs), empreendidas na região da RDS Mamirauá a partir de 1995.

O trabalho de proteção ambiental, desen-

volvido com apoio de AAVs, foi reaplicado na RDSA a partir de 1997, com a capacitação da primeira turma. No período de 1997 a 2011, foram treinados 44 agentes ambientais pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com apoio financeiro do Instituto Mamirauá. Após concluir os cursos, os agentes recebiam a credencial que lhes conferia autoridade para apreensão de produtos de extração indevida e equipamentos de infratores, podendo lavrar os respectivos autos de constatação, e os termos de retenção e de doação de produtos ilegais. A Tabela 17, sintetiza o número de agentes ambientais formados por ano durante esse período.

Tabela 17 - Número de agentes ambientais formados pelo IBAMA.

Ano	Novos	Recicladados
1997	12	01
1998	02	-
2001	09	10
2004	04	07
2006	10	-
2008	06	-
2011	01	-
Total	44	18

Fonte: IDSM/Programa de Gestão Comunitária, 2016.

A partir de 2010, com a desativação do programa de AAVs do IBAMA, o grupo passa a ser apoiado pelo órgão estadual gestor das unidades de conservação, o DEMUC, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA). O programa foi criado com base na resolução no 02/2008, do Conselho Estadual do Meio Ambiente, voltado, principalmente, para as unidades de conservação estaduais e, sobretudo, para ações de educação ambiental. Apesar de os agentes ambientais estaduais, desde de 2010, não mais estarem autorizados às ações de fiscalização como aqueles formados pelo IBAMA na década de 1990 e 2000, percebe-se um novo interesse por parte dos moradores em participar do programa do DEMUC. A Tabela 18 mostra o número de AAVs formados

na RDSA no período de 2010 a 2016.

Até 2016, a RDSA contava com 44 agentes ambientais voluntários em atuação, distribuídos em oito setores da Reserva, conforme a Tabela 19. Os setores Castanho e Unini, ainda não dispõem de ações de AAVs. No setor Castanho já foi discutida com as comunidades a proposta de participação nas oficinas de formação, sendo que até 2016 nenhum morador do setor havia participado dos cursos. A região do setor Unini apresenta uma situação mais difícil pelo fato de poder ser acessada somente pelo rio Negro, através de Manaus, onde o Instituto Mamirauá, órgão de apoio à gestão da Reserva e que financia as atividades dos AAVs, não tem atuação.

Tabela 18 - Número de agentes ambientais formados pelo DEMUC.

Ano	Novos	Reciclados
2010	23	-
2013	12	01
2014	25	04
2015	00	00
2016	17	20
Total	77	25

Fonte: IDSM/Programa de Gestão Comunitária, 2016.

Tabela 19 - Número de Agentes Ambientais em atividade, por setor na RDSA.

Setores	Nº de AAVs
Boa União	03
Caruara	07
Coraci	04
Joacaca	04
Lago Amanã	07
Paraná do Amanã	08
São José	04
Tijuaca	07
Total = 08 setores	44 AAVs

Fonte: IDSM/Programa de Gestão Comunitária, 2016.

As ações no âmbito do Programa de AAVs do DEMUC têm ênfase em educação ambiental, e o Instituto Mamirauá tem trabalhado também com ferramentas de gestão para que os agentes atuem como lideranças comunitárias e ajudem na organização das comunidades, com orientações voltadas, principalmente, para o uso sustentável dos recursos naturais. O trabalho tem avançado nesta linha e continua mostrando a sua importância para a proteção da biodiversidade, desenvolvendo um sistema de vigilância e controle da área com a participação das comunidades. Nos setores onde já existem projetos de manejo de recursos pesqueiros em funcionamento, os AAV têm se mostrado importantes mobilizadores e organizadores da vigilância, atividade que é essencial para o sucesso da pesca manejada, principalmente, do pirarucu.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. F.; SOUSA, I. S. de. **Mapeamento territorial e diagnóstico socioambiental de comunidades rurais situadas nas RDS Amanã e Mamirauá, AM**. Relatório Técnico - Projeto de Pesquisa. Tefé. 2012.
- ALENCAR, E. F. **Estudo da ocupação humana e territorialidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã: o caso do Setor Tijuaca**. Relatório Final, 2009. 41p.
- _____. **Estudo da ocupação humana e mobilidade geográfica de comunidades rurais da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã – RDSA**. Relatório Final, 2007. 168 p.
- _____. O tempo dos padrões “brabos”: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã. *Amazônica: Revista de Antropologia* (Impresso), v. 1/01, p. 178-199, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225 §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 19 de julho de 2000.
- FIGUEIREDO, Guilherme Gitahy de. **Estudo dos conflitos inter e intracomunitários na área de Uso Sustentado da Reserva Amanã**. Relatório Técnico, Tefé, 2005, 32p.
- MENDONÇA, M. **Desenvolvimento, participação e alternativas econômicas: em discussão manejo de peixes ornamentais como meio de vida na RDS Amanã (AM)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, 2010.
- MENDONÇA, M; SOUSA, Isabel Soares de. **Peixes ornamentais como estratégia conservacionista: estudo sobre percepções, significados e participação na RDS Amanã**. In: II ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA DA REGIÃO NORTE. Belém/PA. 2010.
- MOURA, E. *et. al.* **Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: 2001 - 2011**. Belém: IDSM, NAEA, 2015.
- REIS, M. **Arengas e Picicas: reações populares à Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá no Estado do Amazonas**. Belém: Sociedade Civil Mamirauá; Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, 2005.
- NERY, M. H. S. **Histórico de Formação das “associações-mãe” das Reservas Mamirauá e Amanã: AMURMAM e CAMURA**. Relatório Final. Tefé: IDSM, 2013.
- NEVES, D. P. Os agricultores de várzea do médio Solimões: condições socioambientais de vida. In: LIMA, D. M. (Org.). **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. Manaus: IBAMA, Pro-Várzea, 2005.